

CULTURAS POLÍTICAS: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA PARA A HISTÓRIA POLÍTICA E UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

MICHELLE VASCONCELOS OLIVEIRA DO NASCIMENTO*

RESUMO

A Cultura Política, enquanto área de conhecimento multidisciplinar, surge e se desenvolve a partir segunda metade do século XX, tendo como um dos objetivos principais a compreensão do desenvolvimento da cultura cívica participativa e das democracias. A discussão que inicialmente é realizada no âmbito da Ciência Política não apenas vai construir um diálogo interdisciplinar com a Antropologia, Psicologia e Sociologia, como vai contribuir para novas discussões dentro do âmbito da História Política, as quais dão relevo às experiências dos sujeitos, ao componente biográfico e às identidades na formação das culturas ou famílias políticas – no plural – o que deixa clara a forte contribuição da teoria da Sociologia Compreensiva. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar de que maneira a teoria sociológica compreensiva, a partir dos estudos de Alfred Schutz sobre a Vida Cotidiana, contribuiu para o desenvolvimento do conceito e estudo da Cultura Política pela Nova História Política e de como o método da Narrativa Biográfica pode ser uma ferramenta metodológica para a pesquisa e análise das Culturas Políticas

PALAVRAS-CHAVE: Culturas Políticas; História Política; Sociologia Compreensiva; Narrativa Biográfica; Metodologia.

ABSTRACT

Political culture, as a multidisciplinary area of knowledge, emerges and develops itself from the second half of XX, and one of its main objectives was to understand the participatory civic culture and democracies development. The discussion that is initially held in the Political Science scope does not only construct an interdisciplinary

* Doutora e Mestre em Estudos da Linguagem (UFRN); Doutoranda em História (PUCRS); Bacharel em História (FURG); Licenciada em Letras Português (UFRN) e Letras Espanhol (FURG). Atualmente desenvolve a pesquisa “‘Eu lutei contra o fascismo’: resistência na produções jornalística e literária de Maria Teresa Horta (1961-1975)” sob financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian. Coordena as edições das obras completas de Florbela Espanca no Brasil pela editora LiberArs. Também participa, juntamente com a Prof. Dra. Marlise Vaz Bridi, da coordenação da edição das obras de Maria Teresa Horta no Brasil, pela Editora LiberArs. michellevasc@hotmail.com

dialogue with Anthropology, Psychology and Sociology, but contributes to new discussions within the Political History scope, which give emphasis to the subjects' experiences, to the biographical component and identities in the political cultures or political families formation - in plural - which makes clear the Comprehensive Sociology theory substantial contribution. In this way, this paper aims to analyze how the comprehensive sociological theory, from Alfred Schutz Daily Life studies, contributed to the concept and study of Political Culture development by New Political History and how the Biographical Narrative method can be a methodological tool for the Political Cultures research and analysis.

KEYWORDS: Political Culture; Political History; Comprehensive Sociology; Biographical Narrative; methodology.

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, o campo multidisciplinar em que se desenvolve o estudo das Culturas Políticas vai dar atenção não apenas aos aspectos coletivos dos grupos sociais, mas aos aspectos subjetivos, como os aspectos individuais dos atores envolvidos. Nesta direção, o estudo das culturas políticas vai se desvincular de uma idéia social determinista de uma cultura política institucional, pautada no Estado, nas suas instituições, isto é, as estruturas políticas. E voltar-se-á aos indivíduos enquanto agentes sociais, e ao Estado e a suas instituições como produtos de uma coletividade, de uma cultura.

Enquanto, na Ciência Política, o estudo das Culturas Políticas esteve direcionado, durante muito tempo, à compreensão do fenômeno político da democracia e, por conseguinte, o processo eleitoral. É durante a renovação da História Política, na chamada Nova História Política, que o conceito será re-pensado e apropriado com intersecções e influências teóricas e metodológicas da Sociologia Compreensiva: mais especificamente, com o pensamento teórico de Alfred Schutz acerca do mundo da vida cotidiana, das estruturas de pertinência, das ações, dos atos e dos motivos “para e “porque”.

Assim, o presente artigo se propõe a discutir o desenvolvimento do referido conceito na Ciência Política e a sua multidisciplinaridade. A partir disso, analisar a contribuição da Sociologia Compreensiva ao seu desenvolvimento, em sua apropriação pela História Política, como a contribuição metodológica que pode fornecer a Narrativa Biográfica para o estudo das Culturas Políticas.

CULTURAS POLÍTICAS: DO DOMÍNIO DA CIÊNCIA POLÍTICA AO CAMPO MULTIDISCIPLINAR

Em 1963, Gabriel Almond e Sidney Verba publicam o artigo “An approach to Political Culture”, na obra *The civic Culture*, que passa a ser considerado marco para o estudo e compreensão das Culturas Políticas. O artigo, segundo os autores, trata-se de um estudo “sobre la cultura política de la democracia y las estructuras y procesos sociales que la sostienen” ([1963]1992: 171). Almond e Verba pontuam no texto como, a partir do contexto histórico do desenvolvimento de regimes autoritários após a primeira Guerra Mundial – como o fascismo e o comunismo - e dos problemas resultantes do final da segunda Guerra – a exemplo dos conflitos pós-coloniais –, as mudanças culturais adquiriram novo significado na História Mundial.

Dessa forma, na tentativa de compreender os comportamentos e processos políticos, a Ciência Política volta o seu olhar para o componente cultural das sociedades. O problema central da Ciência Política consistiria, dessa forma, em saber qual seria o conteúdo dessa nova cultura mundial (cf. ALMOND; VERBA, 1992: 171).

Ainda apontam que é possível discernir um aspecto dessa nova cultura política mundial, que é a cultura política da participação. Ora, nesse contexto do pós-guerra, quando produzem a obra, há um crescente entendimento que o indivíduo comum deve ser sujeito ativo do sistema político, além de apelo participativo de grandes grupos historicamente e socialmente afastados da política. Esta nova cultura política estaria marcada pelo impulso da participação, embora não se saiba ainda qual será o modo desta dita participação ([1963]1992: 172)

Embora seja um marco, Almond e Verba não são os primeiros a perceberem o componente de cunho cultural como primordial para o desenvolvimento e conservação de um regime político como a democracia. Alexis de Tocqueville (1805- 1859) foi um dos primeiros a pensar a importância desse componente ao analisar o sucesso da nascente democracia nos Estados Unidos, em comparação com o processo revolucionário francês e a restauração da Monarquia. A sua obra *Democracia na América*, publicada entre 1835-1840, analisa o advento da democracia no mundo a partir do exemplo da América, o que fica claro já no prefácio:

O desenvolvimento gradual da igualdade das condições é um fato providencial. Possui suas principais características: é universal, é duradouro, escapa cada dia ao poder humano; todos os

acontecimentos, bem como todos os homens, contribuem para ele. Seria sensato acreditar que um movimento social que vem de tão longe possa ser suspenso pelos esforços de uma geração? Alguém acredita que, depois de ter destruído o feudalismo e vencido os reis, a democracia recuará diante dos burgueses e dos ricos? Irá ela se deter agora, que se tomou tão forte e seus adversários tão fracos? (TOCQUEVILLE, 2005: 3).

É o princípio da igualdade¹ que Tocqueville observa difundido na sociedade e na política americanas, o ponto central de sua análise sobre a democracia. Entretanto, para compreender como se instituiu esse modelo político e o seu progresso, Tocqueville descreveu “os hábitos, os costumes e a organização social e política dos americanos, para depois tratar da estrutura de dominação, de suas instituições políticas e das relações do Estado com a sociedade civil.” (CREMONESE, 2014: 170-171). Ainda para Tocqueville, a religião, a educação e os costumes americanos, que podem ser tratados como componentes culturais, andam de mãos dadas com o progresso da democracia. Tocqueville percebe que os costumes e educação, assim como a religião, fazem parte, respectivamente, dos aspectos e manifestações cívicos e do espírito religioso, por ele apontados como importantes para o desenvolvimento democrático.

Para o pensador francês, a educação e a liberdade, nos Estados Unidos, adequaram-se ao bem, à moral e à religião. As religiões fornecem à multidão soluções para as questões do dia a dia. A multidão encontra segurança e um fundamento último para as suas ações. E este fundamento é importante, pois dá a todos os cidadãos ideias e sentimentos que o preparem para a liberdade. Também é participando da legislação que o americano aprende a conhecer as leis; é governando que se instrui na forma de governo. Não basta ensinar os homens a ler e escrever para fazer deles cidadãos. Os verdadeiros conhecimentos nascem da experiência, e se os americanos não tivessem sido habituados a se governar, os conhecimentos literários muito pouco serviriam. (CREMONESE, 2014: 188-89)

Notamos na obra de Tocqueville a relação entre política e cultura, estando aquela adequada a esta última, a qual, por sua vez, é produto da experiência dos cidadãos e não dada *a priori*. O

¹ Importante ressaltar que Tocqueville não ignora a presença da escravidão na sociedade americana. Ao analisar o princípio de igualdade, realiza-o a partir dos cidadãos livres.

aspecto cultural faz parte do vivenciado e compartilhado pelos sujeitos, sejam as idéias, hábitos, costumes, religião, moral, etc. Este aspecto aparece em Tocqueville como “hábitos do coração”, e é um componente sociológico importante para se compreender a contribuição que a sociologia compreensiva dará para o desenvolvimento do conceito de cultura política e do seu estudo.

Tanto Tocqueville quanto Almond e Verba estão voltados para o estudo de contextos democráticos, e partem da América do Norte como o exemplo de democracia para, a partir deste modelo político específico, analisarem os outros modelos políticos. Os seus estudos se pautam e buscam compreender como se desenvolve e quais as características de uma cultura política participativa, a que Almond e Verba irão chamar de Cultura Cívica. Em seu trabalho distinguem, ainda, mais dois tipos de culturas políticas: paroquial e de súdito, as quais seriam não apenas “inferiores” à cultura cívica, mas também se encontrariam em graus menores de desenvolvimento, ou seja, uma espécie de hierarquização e de fim a ser alcançado (cultura política participativa).

Ao justificarem a escolha e uso do termo “Cultura Política”, os autores explicam inicialmente sobre o campo multidisciplinar em que se assenta o estudo:

Falamos de “cultura política” de uma nação antes que de “caráter nacional” ou “personalidade formal”, e de “socialização política” antes que do desenvolvimento ou educação infantil em termos gerais. Não elegemos estes termos porque rechaçamos as teorias psicológicas e antropológicas que relacionam as atitudes políticas com outros componentes da personalidade, ou porque não admitimos as teorias que sublinham a relação existente entre o desenvolvimento da criança em termos gerais e a indução da criança a seus papéis e atitudes políticas de adulto. Na realidade, este trabalho não poderia ter sido realizado sem as investigações precedentes de ditos historiadores, filósofos, antropólogos, sociólogos, psicólogos e psiquiatras, que se ocuparam em estudar as relações entre as características psicológicas e política das nações. [...]. (ALMOND; VERBA, 1992 [1963]: 178, tradução nossa, grifos do autor)

E continuam:

Empregamos o termo cultura política por duas razões. Em primeiro lugar, se quisermos descobrir as relações entre atitudes políticas e não políticas e modelos de desenvolvimento, devemos separar as primeiras dos últimos, ainda que a separação entre eles não seja tão

marcada como poderia sugerir nossa terminologia. Assim, o termo cultura política se refere a orientações especificamente políticas, posturas relativas ao sistema político e seus diferentes elementos, assim como atitudes relacionadas com a função do indivíduo dentro de dito sistema. Falamos de uma cultura política do mesmo modo que poderíamos falar de uma cultura econômica ou religiosa. É um conjunto de orientações relacionadas com um sistema especial de objetos e processo sociais.

Mas também escolhemos a palavra *cultura* política, antes de qualquer outro conceito especial, porque nos brinda a possibilidade de utilizar o marco conceitual e os enfoques da antropologia, sociologia e da psicologia. (ALMOND; VERBA, 1992 [1963]: 179, tradução nossa, grifos do autor)

Os autores compreendem a importância do desenvolvimento de estudos nos campos da antropologia, sociologia e psicologia, por exemplo, para a compreensão dos fenômenos políticos e do funcionamento das instituições de sistemas políticos, dando importância também ao indivíduo que compõe tal sistema. E concluem:

Quando falamos de cultura política de uma sociedade, referimo-nos ao sistema político que informa os conhecimentos, sentimentos e valores de sua população. As pessoas são induzidas a dito sistema, o mesmo que são socializadas por papéis e sistemas sociais não políticos. (ALMOND; VERBA, 1992 [1963]: 180, tradução nossa).

Percebemos que, no entendimento e uso de cultura política pelos autores, eles se referem a um sistema político de uma sociedade, do qual se apreendem os conhecimentos, sentimentos e valores da população - ou pelo menos o que se pretende - ao pensar numa suposta hegemonia e homogeneidade de determinada sociedade. Além disso, referem-se, ainda, como se tal sistema “atuasse” nos sujeitos (passivos), isto é, sem uma atuação dos sujeitos também sobre a sociedade em que vivem. Na década de 1980, Gabriel Almond retorna ao conceito de cultura política, desenvolvido aproximadamente duas décadas atrás, para revê-lo, como também para rever as críticas feitas ao trabalho.

Lucio Rennó, por sua vez, explica que:

Cultura política é definida, segundo Almond como um conjunto de orientações subjetivas de determinada população (1990: 144). Inclui conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da

socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. Para este autor [Almond], portanto, a relação entre cultura política e estruturas e desempenho governamental é muito complexa. (RENNÓ, 1998: 71).

A abordagem de Almond parece conduzir para o entendimento da cultura política como resultante de uma série de relações do indivíduo com a sociedade, desde a infância à experiência com o governo, sociedade e economia, enquanto adulto. Embora tal concepção de cultura política esteja baseada em parâmetros psicológicos e sociológicos, ou seja, as crenças, valores e opiniões políticas modelados pela psicologia e pelo ambiente, o autor não explora nem problematiza como se dá a relação individual, ou seja, da experiência individual dos agentes sociais com tais fatores externos (sociais): família, trabalho, governo, economia, etc. A partir do exposto pelo conceito, poderia se concluir que os indivíduos, sob as mesmas condições (ambientes) e estímulos, compartilhariam de uma mesma cultura política, fato que, na observação cotidiana, é amplamente questionável por diversos fatores. Uma das questões levantadas aqui é a de os sujeitos estarem expostos às mesmas condições e estímulos, isto é, se seria possível realmente estabelecer esse parâmetro; outra seria sobre o fato de os sujeitos compreenderem da mesma forma tais estímulos, igualando e limitando a capacidade de percepção, pensamento, interpretação e reflexão dos sujeitos. Esse tipo de abordagem, ao usar apenas uma lente específica, na busca de construção de uma coletividade, corre o risco de eliminar as diferenças entre os sujeitos. E tal problemática se observa cotidianamente, em situações em que sujeitos que tiveram condições e estímulos semelhantes compartilham de culturas políticas distintas.

Pensar a experiência individual como parte da apreensão do mundo e da transformação e o sujeito como agente são pressupostos para pensar um sistema político e instituições que não existem *a priori* dos sujeitos, mas que são produtos das relações sociais entre os indivíduos. Mas, ao passo que, estruturadas, tais instituições também influenciam na constituição destes indivíduos dentro da sociedade, estabelecendo uma relação dialética. Os indivíduos não seriam, dentro desta concepção, exclusivamente produtos do meio social, mas o meio social seria o resultado da interação dos indivíduos, assim como a cultura política de determinada sociedade seria o resultado de uma série de fatores

que agem no indivíduo e na coletividade, e que é produto destes.

Apesar de Almond e Verba não terem se detido ou explorado tais fatores e relações, desde seu trabalho na década de 1960 o conceito de cultura política foi sendo discutido, problematizado e repensado para diversas situações, além de reinterpretado e apropriado por outras áreas do conhecimento, a exemplo da História Política.

Rodrigo Patto Sá Motta (2009: 18) aponta que, dado o conceito e o debate acerca da cultura política pelas Ciências Sociais terem se desenvolvido nos EUA, foi lá também que surgiu um dos estudos pioneiros na história, *As origens ideológicas da Revolução Americana* (1967), de Bernard Bailyn. O conceito, segundo Motta (2009), foi efetivamente apropriado pelos franceses com o retorno da História política, ou Nova História Política, nos anos 1980 e 1990, e que tem como marco a obra *Por uma História Política*, de René Rémond, publicada originalmente em 1988.

O historiador brasileiro afirma que, embora o conceito de cultura política não se encontre expresso na obra de Rémond, está presente nos estudos desenvolvidos pelos historiadores colaboradores, dentre os quais se encontra o de Serge Berstein. E ainda observa que os estudos posteriores desenvolvidos a partir de Berstein e Sirinelli possuem forte influência da Antropologia na visão que privilegia a pluralidade das culturas políticas. (MOTTA, 2009: 18-19)

Na esteira da renovação da História Política inspirada pelo historiador René Rémond, a cultura política, segundo Serge Berstein (1998), parte de duas áreas propriamente antagônicas, a História Cultural, que, a partir dos *Annales* e com forte influência nas Ciências Sociais, trouxe inovação para os estudos das sociedades, e o campo do político. Assim, o fenômeno da cultura política respondeu satisfatoriamente à explicação dos comportamentos políticos pesquisados, o que não ocorria pelas múltiplas teses até então desenvolvidas. O historiador (1998) assinala que “a evocação da cultura política inscreve-se na renovação da História Política” e que:

Com efeito, é no quadro da investigação, pelos historiadores do político no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão de uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas. [...]. (BERSTEIN, 1998: 350)

Berstein ainda afirma que o uso da cultura política não é uma chave universal que abre todas as portas e leva a uma resposta unívoca, mas se adapta à complexidade dos comportamentos humanos. (Cf. BERSTEIN, 1998: 350) Tanto a complexidade dos comportamentos humanos como a diversidade de respostas a serem encontradas, põe de lado as teses deterministas e faz com o que o historiador da cultura política se volte para os sujeitos, contextos específicos e singulares e os processos específicos.

A partir de Jean-François Sirinelli, Berstein vai pensar o uso das culturas políticas (no plural) pela História a fim de compreender os fenômenos políticos. Outrossim, problematiza o conceito já desenvolvido pela Ciência Política em relação à existência de uma hierarquia de culturas políticas, uma determinação do comportamento, o fator geracional na transmissão da cultura política e seu caráter institucional. Para Berstein, a cultura política é “um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos.” (1998: 350). Além disso, admite não apenas a multiplicidade de culturas políticas e subculturas, de acordo com as zonas de abrangência dos valores partilhados, como também a sua transformação de acordo com o tempo, isto é, o seu processo evolutivo.

Entretanto, para se compreender o comportamento político, formação das culturas políticas e de sua evolução, a cultura política volta-se para a questão da identidade, já que, segundo Berstein, “a cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (BERSTEIN, 1998: 350). Isto é, “um sistema de representações compartilhadas por um grupo bastante amplo na sociedade, através do qual se explica o ato político, normas e valores, que constituiriam a identidade de grandes famílias políticas (republicana, comunista, liberal, etc.)” (DUTRA, 2002, p. 24).

A investigação da cultura política pela história se situa, então, no campo do individual e do coletivo:

O estudo da cultura política, ao mesmo tempo resultante de uma série de experiências vividas e resultante da ação futura, retira a sua legitimidade para a história da dupla ação que reveste. É no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos. (BERSTEIN, 1998: 359-360)

Embora, como afirma Eliana Dutra, Serge Berstein faça o esforço de definir cultura política do lugar da História, diferente de uma perspectiva da Sociologia Compreensiva, é inevitável a contribuição deste ramo da sociologia para a história, visto que o estudo da cultura política partiria, então, do individual, dos atores sociais, para compreender a manifestação coletiva (compartilhamentos) como cultura política.

Segundo Daniel Cefaï:

La littérature anthropologique et historique sur les cultures politiques nous paraît avoir réhabilité la notion de contextes d'expérience et d'activité des acteurs. Ce concept, hérité de la sociologie compréhensive de M. Weber et d'A. Schütz, recouvre des phénomènes individuels et collectifs examinés par la science politique sous les rubriques des affectivités, des sensibilités, des imaginaires, des identités, des mémoires ou des projets. (CEFAÏ, 2001: 93):

Assim, a Nova História Política, dentro do campo das culturas políticas, volta o olhar ao contexto da vida cotidiana, aos atores sociais comuns. Volta-se também às ações ordinárias de sujeitos comuns, muitas vezes “invisibilizados” pela História Política tradicional, a fim de compreender a formação e evolução de culturas políticas e as constituições identitárias dos sujeitos. Logo, a Sociologia Compreensiva também é um dos campos de conhecimento que se tornam essenciais para o desenvolvimento do estudo de culturas políticas pela História.

CULTURAS POLÍTICAS: INTERSECÇÕES ENTRE A SOCIOLOGIA COMPREENSIVA E A HISTÓRIA POLÍTICA E UMA PROPOSTA METODOLÓGICA

Em *Expérience, culture et politique*, Daniel Cefaï vai oferecer uma nova perspectiva para a compreensão das culturas políticas através da Sociologia Compreensiva, recorrendo ao estudo de contextos menores, contextos de experiências e atividades dos agentes sociais para a análise das culturas políticas. Os atores sociais, com suas experiências e formas de ver e dar sentido ao mundo, tornam-se o objeto de análise da perspectiva de culturas políticas que Cefaï propõe, visto que:

Les acteurs sont des opérateurs de relations de communication, de coopération et de conflit, plutôt que de simples agents de systèmes sociaux et culturels. Si leurs contextes se stabilisent parfois dans des

formes routinisées ou ritualisées, régulières et standardisés, ils se décomposent et se recomposent sans cesse à travers les transactions qui y ont cours. L'alignement des pratiques et la congruence des savoirs ne sont pas fixes à l'avance par l'existence de représentations collectives. (CEFAÏ, 2001: 95)

Tomando em conta os atores sociais como sujeitos ativos, operadores e transformadores sociais, para Cefaï estes deixam de ser considerados passivos, meros reprodutores de práticas e de culturas. São, sobretudo, agentes que criam, interpretam e modificam, dentro das práticas de interação social. Logo, faz-se necessário focalizar os indivíduos em suas interações para analisar as culturas políticas:

Les cultures politiques sont mises en jeu des ces contextes d'interaction. Ceux-ci ont enfin une *structure de pertinence*. [...] Ces cadres de pertinence ne s'imposent pas comme des codes culturels qui fonderaient a priori un consensus sur des formes d'objectivité et moralité: ils sont mis à l'épreuve des coordonnées du contexte, donnent lieu à des disputes et à des compromis dont les enjeux sont des qualifications d'objects et de personnes, à travers des épreuves de réalité et de légitimité. (CEFAÏ, 2001: 96, grifo do autor)

Segundo Daniel Cefaï, então, as culturas políticas seriam os cenários dos contextos de interação. Elas seriam, com isso, uma *estrutura de pertinência (relevância)*, fazendo uma referência direta à teoria de Alfred Schutz, trazendo mais diretamente a influência da Sociologia Compreensiva para a análise das culturas políticas por ele proposta.

Alfred Schutz, seguindo a linha da Sociologia Compreensiva e da Fenomenologia, a partir de Weber e Husserl, teve como fio condutor de sua vida intelectual o estudo do mundo da vida cotidiana e desenvolveu as bases para o método da Narrativa Biográfica. Dentro da perspectiva de Schutz, há um mundo comum, o mundo pressuposto e tipificado, em que todos nascem e do qual compartilham, que é o mundo cotidiano, o mundo do sentido comum ou da vida diária:

O mundo da vida cotidiana não somente é tomado como uma realidade certa pelos membros ordinários da sociedade na conduta subjetivamente dotada de sentido que imprimem a suas vidas, mas é um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles. (BERGER; LUCKMAN, 2002: 36)

A vida cotidiana aparece pressuposta aos indivíduos, os objetos já estão ordenados por meio da linguagem. É neste mundo, tido como a realidade por excelência e tipificado (BERGER; LUCKMAN, 2002), em que o sujeito experimenta, atua e modifica. Esta atuação do indivíduo no mundo, a forma como ele se situa de forma específica neste mundo comum da vida cotidiana, é o que Schutz chamou de “situação biográfica”:

A esta situación biográficamente determinada pertenece no solo mi posición en el espacio, el tiempo y la sociedad, sino también mi experiencia de que algunos de los elementos del mundo presupuesto me son impuestos, mientras que controlo o no puedo controlar otros, que por consiguiente son modificables. (SCHUTZ, 2008: 93)

Segundo Maurice Natanson, na Introdução à obra *El problema de la realidad social* (2008), de Alfred Schutz:

Cada persona, además, sigue durante toda su vida interpretando lo que encuentra en el mundo según la perspectiva de sus particulares intereses, motivos, deseos, aspiraciones, compromisos religiosos e ideológicos. De tal modo, la realidad del sentido común nos es dada en formas culturales e históricas de validez universal, pero el modo en que estas formas se expresan en una vida individual depende de la totalidad de la experiencia que una persona construye en el curso de su existencia concreta. (NATANSON, 2008: 17)

Mesmo que os sujeitos compartilhem da mesma realidade, ou seja, dos mesmos pressupostos da vida cotidiana, cada um interpreta de forma particular suas experiências, se situa de maneira específica em relação a esse mundo cotidiano. Para Schutz (*apud* NATANSON, 2008: 17), “el período formativo de cada vida transcurre de una manera única”, logo, o indivíduo é considerado ator social – e único -, e, numa relação dialética com o mundo em que vive (pressuposto), interpreta e age, e não é determinado pela sociedade (reificada). Desta forma, dialeticamente, como sujeito de ação, “El individuo, como actor en el mundo social, define, pues, la realidad que encuentra.” (NATANSON, 2008: 17).

Além disso, o sujeito se situa no mundo com o seu corpo, espacialmente e temporalmente. Portanto, o mundo da vida cotidiana em que se situam os sujeitos é estruturado espacialmente e temporalmente, “a temporalidade é uma propriedade intrínseca da consciência” (NATANSON, 2008: 44), e é em torno da temporalidade que se ordenam.

Considerar a situação biográfica dos indivíduos é voltar-se para as individualidades e particularidades dos sujeitos ordinários, os sujeitos comuns, que não são os grandes vultos históricos. É tentar compreender as ações dos indivíduos a partir de suas motivações, experiências, crenças e interesses particulares, e não como determinações de um sistema social.

A ação, segundo Schutz (2008: 86), é a conduta humana como processo em curso que é pensado pelo ator de antemão, preconcebido e projetado. É como o ator determina sua conduta dentre as várias possibilidades de cursos de ação possíveis e dos conhecimentos que detém de antemão. O ato, por sua vez, é o resultado da ação cumprida. A ação pode ser latente, elaborada para resolver mentalmente um problema, ou manifesta, localizada no mundo externo. De acordo com Schutz (2008), há um equívoco ao se afirmar que as ações são condutas motivadas, pois o termo motivo pode abarcar vários sentidos. Neste sentido, Schutz destaca os dois tipos de classes de motivos para a realização da ação, que vai chamar de motivos “para” e os motivos “porque”: o primeiro se relaciona com o futuro, com o ato projetado, a finalidade; o segundo é causa, que alude às experiências passadas, “lo que está motivado, en una acción del tipo ‘porque’, es el proyecto de la acción misma.” (SCHUTZ, 2008: 88).

Schutz desenvolve ainda o conceito de relevância para explicar o princípio de seleção que justifique as eleições, atitudes, decisões e adesões do indivíduo:

La significatividad (*relevance*) es el rubro bajo el cual Schutz incluye los tipos y formas de acción emprendida por el individuo. Decido un curso de acción en un sentido y no en outro, a la luz de lo que considero significativo con respecto a mis más profundas convicciones e intereses. (NATANSON, 2008: 27)

Assim, a forma como o indivíduo escolhe o curso de ação e elabora e projeta a ação são determinadas pela estrutura de relevância e por sua situação biográfica, “por la historia de su vida, tal como se ha sedimentado en sus circunstancias personales.” (SCHUTZ, 2008: 88). “Es decir, la situación actual del actor tiene su historia; es la sedimentación de todas su experiencias subjetivas anteriores. No son experimentadas por el actor como anónimas, sino como únicas, dadas subjetivamente a él, y solo a él.” (SCHUTZ, 2008: 93).

Desta maneira, a teoria desenvolvida por Schutz se distancia totalmente da tese de imposição do contexto social (ou determinação)

sobre os indivíduos. Por sua vez, coloca-os na posição de atores dentro do contexto, com as possibilidades de pensar e agir sobre ele a partir de seus motivos de causa e finalidade e da estrutura de relevância. São sujeitos que precisam ser compreendidos em suas singularidades, nas suas diferenças em relação aos outros, que se manifestam na forma de perceber o mundo e de agir sobre ele. Logo, a Narrativa Biográfica foi o método qualitativo desenvolvido para se analisar a situação biográfica – a partir do autor – e os motivos “para” e “porque” da ação projetada e do ato.

No que concerne ao estudo de Culturas Políticas, no âmbito da Ciência Política, que tenta compreender o “ato” eleitoral, dentro da perspectiva dos motivos “para”, finalidade e de uma análise quantitativa, generalizante e homogeneizante, a teoria da situação biográfica e o método da narrativa biográfica podem não ser considerados os mais adequados pelos pesquisadores da área. Entretanto, para a abordagem das Culturas Políticas no âmbito da História Política, os conceitos e análises de mundo da vida cotidiana, estruturas de relevância, ação, ato, espacialidade e temporalidade dos atores, motivos “para” e “porque” e a situação biográfica passam a ser chave para a compreensão dos atos políticos dos atores históricos.

Segundo Eliana Dutra, Cefaï vai alinhar parte da produção das Ciências Sociais e da historiografia contemporânea e apontar que, dentre vários trajetos metodológicos de ambas as áreas, alguns têm ponto de referência em comum, entre outros:

[...] as lógicas de ação e situação dos atores; as estruturas de temporalidade, interação e de pertinência que enquadram as culturas políticas; a constituição dos universos políticos; os usos pragmáticos e estratégicos das culturas políticas; os repertórios de ações, de símbolos e rituais que mobilizam os atores; as gramáticas da autoridade e do consentimento que as ligações cívicas e políticas colocam em jogo, os tipos de economia psíquica que favorecem, sobretudo, as afetividades e sensibilidades enquanto aspectos expressivo mobilizado nas mensagens políticas, nas seduções do poder e na manipulação das emoções coletivas; e por fim as instituições chave, tais como escolas, partidos, sindicatos, etc, os quais seriam de grande importância na transmissão, difusão e recepção das culturas políticas. (DUTRA, 2002: 19)

Tal perspectiva recusa os modelos gerais e deterministas acerca das Culturas Políticas e aponta para pluralidade, Estabelece nas experiências individuais e sociais, ou seja, na interação dos indivíduos,

nas suas experiências em interpretações particulares, sensibilidades, psicologia e instituições sociais, políticas e econômicas, a formação, manutenção e transformação das Culturas Políticas.

Ainda, segundo Dutra, Cefaï, ao abordar as estruturas de pertinência, que expressam a autonomia dos atores frente às coordenadas do contexto, alinha com a abordagem da micro história, que “privilegia micro contextos onde se fazem visíveis os cidadãos comuns com seus estilos de vida, crenças, convicções, hábitos e costumes” (DUTRA, 2002: 19-20).

Entretanto, apesar de a micro história privilegiar contextos menores, dando relevo a cidadãos ordinários, é importante ainda considerar o método da narrativa biográfica, desenvolvido pela socióloga e psicóloga alemã Gabriele Rosenthal, para a pesquisa no âmbito da Cultura Política pela História Política, visto que, segundo Rosenthal:

O enfoque da pesquisa biográfica possibilita a percepção tanto de padrões interpretativos atuais ou perspectivas subjetivas dos agentes no cotidiano quanto de suas histórias de ação entrelaçadas com o universo social. Pretendo mostrar como as construções sociais surgiram, reproduziram-se repetidamente ou mudaram em sua interação com as experiências concretas dos agentes e os discursos sociais atuantes em diferentes momentos. (ROSENTHAL, 2014: 228).

Com o método da Narrativa Biográfica², a partir do processo de rememoração, entrelaçando passado, presente e futuro, o sujeito biografado, situado no presente, se projeta para o passado. Este passado é rememorado e interpretado a partir das vivências e sentimentos do presente:

² “Por causa dessas diferenças entre vivenciar, recordar e narrar ou falar ou também escrever, na análise de autoapresentações biográficas precisa-se fazer uma diferenciação analiticamente cuidadosa entre as situações vivenciadas no passado, as modificações desses passados vivenciados nas diversas fases da vida, os processos recordativos no presente da narração, a moldagem linguística e comunicacional bem como os enquadramentos interativamente produzidos da situação narrativa. Formulando-o de maneira simplificada, é preciso distinguir entre o passado vivenciado e o narrado, mesmo que esses níveis não possam ser separados um do outro ou todo passado apresentado no presente seja condicionado pela perspectiva do presente e, inversamente, o presente seja determinado pelo passado. Fazer jus a essa diferença é o sentido de minha proposta metodológica – testada há muitos anos em contextos de pesquisa diversos – de focar os dois níveis da história de vida narrada e da vivenciada primeiramente em passos analíticos separados, antes de se contrastar os níveis e formular suposições sobre sua diferença (Rosenthal, 1987; 1995).” (ROSENTHAL, 2014, p. 232).

É possível, sobretudo, que no processo de rememoração exigido ou induzido pela narração se apresentem impressões, sentimentos, imagens, percepções sensoriais e físicas ou componentes até agora recalçados das situações lembradas que não sejam compatíveis com a perspectiva do presente, não correspondam ao interesse da apresentação e às regras dos discursos sociais atuantes no presente, ou então que há muito tempo não são lembrados ou sobre os quais ainda não falou. Na sociologia, fazemos uso, na pesquisa biográfica, desse fenômeno da proximidade crescente do autobiógrafo com o passado vivenciado que é desencadeada pelo processo narrativo e recordativo com a técnica –apresentada por Fritz Schütze (1976) já na década de 1970– da entrevista narrativa biográfica, que já foi testada e aprofundada não só em contextos temáticos muito diferentes, mas também em contextos geográficos muito distintos. (ROSENTHAL, 2014: 231)

Através do processo de rememoração induzido pela narrativa biográfica, é possível, no âmbito do estudo das culturas políticas, analisar a gênese de culturas políticas e de sua transformação no decorrer do tempo pelas ações dos sujeitos e transformações sociais. Sobretudo, é possível ter acesso e analisar as motivações (motivos “para” e “porque”) individuais, a partir das distintas situações biográficas, que fazem com que os indivíduos se identifiquem e compartilhem os sistemas de representações de culturas políticas (republicana, comunista, autoritária, feminista, etc.) e compreender os atos políticos como resultantes das experiências.

Tomando como Cultura Política “um sistema de representações compartilhado por um grupo [atores sociais] bastante amplo na sociedade através do qual se explica o ato político, normas e valores, que constituiriam a identidade de grandes famílias políticas” (DUTRA, 2002: 24), a técnica da narrativa biográfica pode ser considerada uma ferramenta metodológica importante para o estudo da Cultura Política pela História Política. Principalmente quando esta se volta para a compreensão dos fenômenos políticos a partir da experiência particular dos atores sociais comuns que interpretam, agem e modificam, cada um a seu modo, o mundo social em que estão inseridos.

A metodologia em questão possibilita uma renovação para os estudos de Culturas Políticas por permitir uma compreensão mais ampla de como os sujeitos individuais percebem e refletem sobre a sociedade, a política e as instituições. Também possibilita compreender as motivações particulares dos sujeitos baseadas em sua experiência biográfica, distanciando-se da visão determinista, hierárquica, coletiva e homogeneizante que levou ao ostracismo o estudo da História política no século XX.

A narrativa biográfica, enquanto método para pesquisa em Culturas políticas, permite tanto compreender e analisar os atos políticos dos sujeitos como a sua identificação com determinadas famílias/culturas políticas e subculturas. Além disso, uma de suas grandes contribuições também é possibilitar a investigação da gênese e transformação destas culturas pelos agentes históricos, pela sua forma de percepção, ação e transformação do mundo cotidiano em que estão inseridos. A metodologia, narrativa biográfica, não se ancora em um survey, entrevistas estruturadas e/ou semi-estruturadas, mas em narrativas - sem hipóteses pré-definidas – que fornecem ao pesquisador as hipóteses de trabalho a serem desenvolvidas assim como os temas a serem retomados nas narrativas seguintes. Na utilização do método, nenhuma hipótese é prévia à aplicação da metodologia, mas gerada por esta.

Desta maneira, a utilização ou mesmo adaptação da metodologia para determinada pesquisa, possibilita ao pesquisador a construção de narrativas diversificadas e singulares, a partir do ponto de vista dos sujeitos entrevistados, de seu olhar do presente entrevistado sobre o passado reinterpretado por ele e, por conseguinte, pelo pesquisador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Política durante muito tempo pautou-se na história dos grandes vultos históricos, das instituições e nações, deixando de lado os sujeitos ordinários e o cotidiano. Com a sua renovação, a também chamada Nova História Política, que ocorre nas últimas décadas do século XX, a História Política se aproximou da História Cultural, e voltou o seu olhar para atores sociais antes invisibilizados, procurando compreender fenômenos sociais e os atos políticos a partir também da cultura de determinada sociedade e de determinados grupos. É nesta renovação que a História Política vai se apropriar e alargar o conceito multidisciplinar de “Culturas Políticas” que foi primeiramente desenvolvido pela Ciência Política para a compreensão da cultura participativa, do desenvolvimento dos sistemas democráticos e, posteriormente, dos processos eleitorais.

É na intersecção teórica e metodológica, dentre outros campos, com a Sociologia Compreensiva que a Nova História Política desenvolve o estudo das Culturas Políticas, a fim de compreender os atos políticos a partir das ações de atores sociais comuns. Para isso, teoria, estudos e conceitos desenvolvidos por Alfred Schutz, como o mundo da vida cotidiana, as suas estruturas

de relevância, as motivações “para” e “porque” dos indivíduos contribuem também para a análise das culturas políticas no âmbito da história, como vimos. Sobretudo da contribuição que o uso da técnica da narrativa biográfica pode oferecer na análise de contextos menores e de atores comuns, para entender a gênese e transformações das culturas políticas, assim como os valores, idéias e representações partilhadas pelos sujeitos e que formam as famílias políticas e justificam os atos políticos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. La Cultura Política. In: BATLE, Albert. **Diez textos básicos de ciência política**. BARCELONA: Ariel, 1992.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção da realidade social**: Tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- CEFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: CEFAÏ, Daniel (org). **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001.
- CREMONESE, Dejalma. Alexis de Tecqueville e os fundamentos cívicos na democracia na América. In: **Teoria e Pesquisa: revista de ciência política**, v. 23, n.1, 2014, p. 170-193.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos e genealogias. In: **Varia História**, nº 28, dezembro de 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios de possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia: In: **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm: 2009. p. 13-37.
- NATANSON, Maurice. Introducción. In: SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. 2 ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.
- RENNÓ, Lucio. Teoria da Cultura Política: Vícios e virtudes. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, 1998.
- ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. In: **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, maio-ago, 2014, p. 227-249.
- SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. 2 ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.
- TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos pelo seu estado social democrático. Trad. Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Recebido em 03.11.2018

Aprovado em 10.12.2018